

## ENTRE BRASIL E IRLANDA, 10 ANOS DE AFETOS E OPRESSÕES: um estudo de caso sobre migração a trabalho

Bárbara Ferreira de Freitas\*

### Resumo

Este texto aborda o trabalho de cuidado a partir das memórias de Ana, mulher nordestina, migrante e mãe da autora. Tem-se como interlocutoras a Ana e a sua irmã Elza (as duas mães da autora). Por meio da metodologia história de vida, com o instrumento da entrevista semiestruturada e a partir do conceito de divisão sexual do trabalho e das teorias de cuidados, discute-se no trabalho as relações sociais em torno das categorias casa, família, maternidades; relativos à migração e ao trabalho doméstico remunerado ou não. O objetivo é entender como as estruturas de opressão sociais, históricas e econômicas atravessam sua história, na condição de migrante brasileira na Europa, especificamente como a divisão sexual do trabalho opera nessas dinâmicas e como as Ana percebe. Por fim, identificamos que ela não percebe as relações no campo da opressão ou exploração e que a afetividade no seu emprego doméstico fomentam as mais-valias, opressões e desigualdades.

**Palavras-chave:** história de vida, migração, divisão sexual do trabalho, emprego doméstico remunerado, racismo-patriarcado-capitalismo.

### Abstract

This text approaches care work based on the memories of Ana, a Northeastern woman, migrant and mother of the author. Ana and her sister Elza (the author's two mothers) are interlocutors. Through the life history methodology, with the semi-structured interview instrument and based on the concept of sexual division of labor and theories of care, social relations around the categories of home, family, maternity are discussed at work; relating to migration and paid or unpaid domestic work. The objective is to understand how the structures of social, historical and economic oppression cross their history, as Brazilian migrants in Europe, specifically how the sexual division of labor operates in these dynamics and how Ana perceives them. Finally, we identified that she does not perceive the relationships in the field of oppression or exploitation and that affection in her domestic employment foster the production of surplus value, oppression and inequality.

**Keywords:** life history, migration, sexual division of labor, paid domestic work, racism-patriarchy-capitalism.

---

\* Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia, Brasil (2018) Ouvidora Geral da UFPB da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

## Introdução

A memória viva, coletiva está sempre em confronto com a memória oficial e seu significado social e subjetivo sofre alterações no tempo. Por isso, o trabalho da história oral é um retrato de um tempo e um lugar, sob a ótica de um local de fala e suas subjetividades. Na história de vida, a intenção não é só dar voz às mulheres, mas sim ouvi-las atentamente e perceber as nuances que essas memórias adquirem a cada exposição. Há referência às gerações passadas, aos lugares de pertencimento e à busca de uma ancestralidade: origens. Trabalhar com a história oral é entender como as memórias são reproduzidas ao longo do tempo e (re)significadas hoje (ABRAHÃO, 2003).

A metodologia escolhida, histórias de vida, fala de silenciamento e poder; é sobre dar voz a histórias de mulheres apagadas pelas estruturas sociais de opressão, que se traduzem na colonialidade do poder e saber. Como consequência, temos a produção de uma história universal. Há uma dimensão teórica e política, pois falamos de poderes instituídos e de ferramentas que ajudam a desconstruir esse poder ao publicar narrativas que são vivenciadas cotidianamente, mas pouco exploradas. Além disso, as histórias de vida dos indivíduos não são apartadas dos contextos históricos, políticos e sociais. Por isso, é necessário relacioná-los para que o estudo da memória não se dissocie do local.

Este trabalho desenvolveu-se por meio de transcrições da escuta guiada em quatro encontros. As ferramentas de registro para essas tessituras foram encontros na casa das interlocutoras, que hoje moram juntas em uma casa no Centro da cidade de João Pessoa, adquirida em 2004 com o trabalho da Ana na Irlanda, em um momento de pretensão desenvolvimento econômico no Brasil.

As histórias aqui trazidas iniciam na Paraíba da década de 1960. Contudo, o que provocou esta produção foi a migração da Ana em 30 de novembro de 2002, na primeira década do novo milênio no Brasil. Períodos históricos, econômicos, políticos e sociais distintos, mas cujos dispositivos sociais e subjetivos se inter-relacionam.

Enquanto autoras, perguntamo-nos o porquê do nosso envolvimento com os temas de pesquisa. Na produção deste texto, o estalo ocorreu-me diante das elaborações

da socióloga Heleieth Safiotti (2004) relativas aos termos dominação, exploração e patriarcado, em que a socióloga traz que nunca escolhemos um tema, ele nos escolhe. Quando arrebatada pela memória, *em insight*, recordei do que nunca fora traduzido em palavras até o momento e pode ser visto no seguinte meu relato pessoal:

Desde bebê eu viajava com *mainha* para cidades vizinhas, Caruaru, Santa Cruz e Campina Grande, onde ela comprava roupas para revender em João Pessoa. O dinheiro sempre foi contado, mas nunca nos faltou nada. Ela fazia o que fosse preciso: usava os cartões ao limite, pedia emprestado, trocava cheque, buscava agiotas... Todos os dias o telefone tocava: era alguém cobrando as dívidas. Ela já tinha se desfeito de todos os seus bens, não havia mais o que vender nem a quem recorrer, pois o crédito estava esgotado. Então, uma prima que morava na Irlanda há doze anos veio nos visitar e fez uma proposta de *mainha* ir trabalhar na Irlanda. Ela disse que lá *mainha* poderia ganhar muito dinheiro e que três meses seriam suficientes. Era 29 de novembro de 2002, eu tinha treze anos. Morávamos eu, minha mãe, minha tia Elza e seu companheiro na mesma casa. Estávamos todos ansiosos e agitados. Ajudei *mainha* a arrumar as malas do que seria apenas mais uma viagem, agora para trabalhar por três meses. Lembro dela saindo de casa, especialmente bonita, deu-me um abraço apertado e com os olhos vermelhos de chorar fechou o portão. O meu choro não desceu, travou na garganta. Não disse nada. Entrei em casa, peguei o livro de Geografia e procurei onde ficava a Irlanda. Ali eu tive certeza que aquele aperto no peito não era só saudade, mas a certeza de que minha mãe não voltaria tão cedo. Os três meses viraram dez anos de um choro silencioso no travesseiro, no banho e na solidão contraditória da minha própria existência. Ele era a lembrança de que em algum lugar do mundo eu tinha uma mãe. Por dez anos ela trabalhou fixo em uma mesma casa de família; acordou religiosamente às 5h da manhã; cuidou, alimentou e amou cinco crianças; pintou e reformou a casa residencial e de férias dos patrões; foi responsável por todos os afazeres domésticos da casa; não teve direitos trabalhistas nem do direito irlandês nem brasileiro; não teve férias regulares; não teve intervalo intrajornada; nunca dormiu sozinha, mas com os bebês da casa; nunca teve horário fixo de trabalho; e pode vir ao Brasil por quatro vezes. Por dez anos, o capitalismo que explorou minha mãe permitiu que eu a visse quatro vezes.

A história da Ana relaciona-se com a migração para trabalho, decorrente de uma escolha, mas por sobrevivência, induzida pelas circunstâncias a que uma mulher mãe solo foi submetida. Por dez anos, Ana teve seu corpo e sua força de trabalho explorados na Irlanda, em um sistema tão cruel que, em vez de causar nela indignação, gera gratidão. Isso porque, afinal, a situação de exploração a que ela foi submetida deu-lhe condições econômicas melhores, como Ana afirma diversas vezes:

“Eu não tive escolha, se eu ficasse aqui seria presa pelas dívidas”.

### Do Cabeçudo às cidades grandes

Essa história começa no Cabeçudo, um sítio no interior da Paraíba, próximo às cidades de Arara e Campina Grande. Desde criança, minhas tias contam histórias desse lugar, ora embasadas pela memória, ora com o olhar embelezado de quem tem aquele lugar como sagrado, em uma idealização da infância que mistura ficção e realidade. Seja no café da tarde ou no almoço diário das 12h em ponto, vez por outra a Elza narra:

*Tá vendo essa marca aqui? O cachorro do sítio havia morrido, então resolvemos enterrar ele. Passados uns dias, eu e o Cesário brincávamos perto de onde o cachorro estava enterrado. De repente ele grita: - Elza, lá vem o Zé Bento correndo atrás da gente! (risos) Olhe, eu corri tanto, mais tanto, que não vi a cerca de arame, passei direto, quando cheguei em casa tava toda ensanguentada. O Cesário levou uma surra grande de mamãe, mas no dia seguinte já voltou a me apearrear.*

Ana e Januário, mãe e pai da Ana e da Elza, moraram no Cabeçudo um longo período. Lá tiveram dezesseis filhos: Edgar, Deth, Marié, Eduardo, Socorro, Antônio, Cesário, Maria Elza, Vera Lúcia, Nena, Ana Maria, Januário e mais quatro que morreram ainda bebês de “doença de menino”. Depois partiram para a vida em Campina Grande. A renda da família vinha da venda do agave produzido no Cabeçudo e da escola montada no quintal da casa em Campina Grande.

Ana tinha 13 anos quando o pai morreu em um acidente de carro, na estrada próxima ao sítio. Sete dias depois sua mãe foi a óbito em um ataque cardíaco ou, como os filhos contam, “*de saudade*”. Ana relembra:

*Eu nunca vou esquecer: ele ainda estava vivo quando mandou me chamar, disse que queria ver a filha Ana. Eu era a preferida dele. Ele tocou no meu rosto, me deu um beijo e fechou os olhos. Fui a última pessoa a falar com ele. Meu pai me amava muito, eu dormia entre ele e minha mãe.*

Nesse momento do relato, a Ana aumenta o tom de voz e, com entusiasmo e muito orgulho, fala do seu esforço e superação para dar conta da vida adulta precoce. “Era tudo medido e contado, aí eu comecei a costurar, aos 14, 15 anos. Aprendi ajudando a Elza, sempre fui muito danada. Eu costurei o vestido de casamento da Mirtes com Duda (Eduardo)”.

Da morte do pai, seguida pela da mãe, a Ana, como era a mais nova das filhas, começou um processo de migração interna entre as casas e cidades das irmãs mais velhas. A casa em Campina Grande ficou para os três mais novos: Ana com 13 anos, Januário com 12 anos, e Vera, 15 anos. Ana relembra:

O inventário ficou na mão dos meninos que resolviam tudo, que depois sei que ficou a casa, mas quando a gente foi fazer vestibular em Recife, Nena foi morar na casa pra ficar com Mãe Leila (avó) e o marido dela foi comprando e enrolando a gente. (Ele) terminou comprando as partes e enrolando. E a gente, besta, vendeu e até hoje a casa nunca foi regularizada.

Em Recife, adolescente, Ana morou com Vera. Lá deram aula no Colégio das Damas, devido às relações familiares com as freiras, desde a época do Cabeçudo. Ana relata:

Mamãe era madrinha de Madre Angélica, que era do Colégio das Damas (...) Ela junto com Madre Marretiene, com o apoio do Bispo, foram para Recife e botaram um Colégio em Casa Amarela. Ela chamou eu e Vera para darmos aula lá e ela dizia ao povo que já famos nos formar (...). Tive carteira assinada. (...) Nem sei quanto tempo passei em Recife. Foi quando conheci o Ivan e aí a vida foi e a vida da gente não interessou mais. Foi normal como a gente pode levar, fomos felizes, Jesus deu paz.

Em vários momentos durante as entrevistas, o humor da Ana oscila e ela não segue bem uma ordem cronológica dos fatos, dando alguns saltos no tempo, como no momento acima relatado, quando ela conhece o primeiro namorado. Ela muda o tom de voz, diz que não interessa mais e segue para outro tema.

O tempo em Recife, no bairro da Boa Vista, é algo muito exposto por Ana. Das poucas vezes que esse período surgiu, trouxe o peso das dificuldades de viver de “bicos”. Ela morava com duas das irmãs – a Deth e a Vera –, ministrava aulas de reforço escolar e trabalhava como manicure: “comi muito cuscuz puro, porque era o que dava para comprar. A Vera foi embora pra São Paulo, Elza vinha buscar eu, mas eu tava com Ivan então quem foi, foi Vera. (...) e eu fui embora pra Campina, me apaixonei por Oliveira e a vida continuou”. Nessas últimas frases a Ana foi diminuindo o tom de voz que quase desaparece o som, mero murmúrio. É quando relembra da traição do namorado:

*Eu namorei com o Ivan dez anos, comecei com 17 anos até os 27. Depois que cheguei em Campina o que foi que eu fiz? Sei mais não, eu fazia de tudo, costurava, fiz muitas camisas para loja de Jan e Antônio [irmãos]. (...) levei muito chifre de Ivan. Então quando*



deixei Ivan aí era eu e Jan [irmão mais novo]. Temos muita história! A vida continuou, nós nos superamos. A Vera mudou muito quando voltou de São Paulo e eu consegui me erguer. Tinha do que sobreviver. Costurava e fiquei trabalhando com Elza.

A Ana relata a maternidade como um sonho, pela dificuldade de ser mãe; bem como uma vitória, por ter conseguido; sinônimo de felicidade e um objetivo de vida:

Quando você nasceu, eu já tava tranquila, eu lutei muito pra engravidar. Eu fiz um juramento que se ficasse grávida eu não bebia mais, não fumava, não farreava e não queria saber de ninguém. Viveria pra você. Pronto! Foi dito e feito. Aí fui viver só pra você.

A categoria religião aparece vinculada à maternidade: “Assim que você nasceu eu te consagrei a Nossa Senhora de Fátima. Eu sabia que ela tomaria conta de você”. Vínculo que é retomado na ida à Irlanda, quando ela não teria me deixado sozinha ou aos cuidados da irmã, mas “sob a proteção da minha mãe divina”. Ela conta com empolgação e orgulho sobre as formas que arranjou para sobreviver à vida e na maternidade solo. Ela não vincula as dificuldades enfrentadas às condições econômicas e estruturais do país, nem à responsabilidade do pai ausente, mas a um espaço genérico de que “a vida é assim” e se orgulha de uma espécie de maternidade heróica, pois ela alega “fiz tudo que podia e nunca te faltou nada”. No trecho a seguir, podemos entender como uma espécie de resistência cotidiana, pequenas práticas da Ana que contribuem para melhorar a situação:

Eu sempre fui muito esperta. De Zé Carlos eu enrolava muito, passasse dinheiro por mim não, que eu juntava. Eu e Vera juntamos tanto que compramos uma casa no Santo Antônio. Depois vendemos a Deth porque Zé Carlos me daria uma casa, mas quando olhamos onde era a casa, em cima de um esgoto, oh mal gosto!

A voz dela foi abaixando, dando a impressão de desânimo e concluiu: “eu nunca esqueci... eu nunca esqueci! Aí Vera foi morar no Centro, não queria mais ficar lá. Eu ficava naquela casa sozinha, eu via bicho, via homem, via tudo. Ah Jesus!”.

A maternidade da Ana era solo. Eu nasci de uma traição de Zé Carlos, que continua casado até hoje com a esposa. Ele nunca esteve presente fisicamente, apenas provia, materialmente e sem regularidade, algumas despesas. Ele tem mais cinco filhos, do primeiro e atual casamento. Ele teve uma infância pobre. Lavava carro

nas ruas do Centro de Campina Grande e, com uma típica história de superação meritocrática, tornou-se empresário e proprietário de trinta e seis apartamentos na Cidade, além de casas, lojas e terrenos. Entretanto, nunca exerceu a paternidade. Ana retoma:

Aí eu decidi vir embora pra João Pessoa, você tinha 7 meses. Eu não trabalhava mais com Elza, né? E pedia a Zé Carlos e ele tinha que dar o dinheiro. Quando eu conseguia alguma coisa, conseguia uns trocadinhos, aumentava o dinheiro. Eu sempre fui muito esperta, graças a Deus! Sempre costurei, eu fazia de tudo, eu fazia crochê, fazia de tudo. Eu queria viver só eu e tu, tu e eu. Eu nem sei do que eu vivia, vivia de biscate e com o pouco que Zé Carlos dava. Eu vendia coisas, trabalhava para Elza e Herly, mas as coisas foram ficando muito ruins. (...) Viajei muito pra Caruaru. Aí quando eu fui pra Irlanda foi a salvação da pátria.

Durante toda a minha infância, tive acesso integral e universal a tudo que a Ana entendia como necessário. Mesmo ela não tendo renda fixa, utilizava das amigas e do crédito na praça, conseguia bolsas de estudo e aceitava todo trabalho de costura e de vendas que surgia, pois ela tinha certeza que “os estudos eram a melhor coisa que poderia deixar pra minha filha”.

### **Uma matemática que não encaixa: três meses viraram dez anos**

A migração para a Irlanda foi uma ideia que partiu da própria Ana, em meio às viagens que fazia para Campina Grande - PB para vender roupas e acessórios que comprava em Caruaru - PE e em Fortaleza - CE. Ela já não tinha mais como adquirir mercadorias, pois devia a todos os fornecedores. Eram dívidas impagáveis, além de uma multa do Governo do Estado da Paraíba à época, que atualizada corresponde a mais de 110 mil reais, devido à exposição de uma mercadoria sem comprovação de procedência na loja. Todos os dias chegavam cobranças. De início ela improvisava trocando cheques e com dinheiro emprestado, mas com o tempo, após dever a pessoas da própria família, o crédito acabou:

Eu tava em Campina, conversando com Nena, porque eu levava muita mercadoria pra ela, ela comprava muito e eu ganhava comissão. Um dia, perguntei a ela sobre a Pollyana (filha da Nena) que estava na Irlanda: e se eu quisesse ir pra lá? Ela ligou logo em seguida e Pollyana disse ‘Só se for pra ontem! Já tem emprego e tudo!’ Foi no final do ano, era uma sexta, no domingo era a caminhada de Nossa Senhora da Penha, prometi a Nossa Senhora que se eu conseguisse alguma coisa eu vinha pra caminhada da Penha. Aí na segunda eu decidi as coisas, passaporte e tudo. Zé Carlos me deu umas bolsas; consegui um dinheiro com Cristina

(nora da Nena), mil reais que troquei em euro. Na quinta seguinte fui embora, dia 29 de novembro de 2002.

A realidade na Irlanda foi diferente do que a sobrinha Pollyana, havia prometido. Ela já morava na Irlanda há quase dez anos e de lá contava histórias de muito glamour, sucesso e facilidades que no Brasil não havia. A Ana remete à ideia da ida para trabalhar fora como uma “luz divina”. A religião se estabelece enquanto uma categoria de conformação das situações opressivas.

Quando cheguei lá não tinha emprego. Fui para a cidade de Enniscrone. Era só cigarro e bebida. O quarto tinha uns dois metros, só dava pra entrar e sair. Pra dormir era um frio, frio, frio, ah Jesus. Eu só fazia rezar. E uma tristeza tão grande. Todo mundo lá fazia faxina e me disse que lá só se comia uma vez por dia. Jesus Cristo, só Deus pra me salvar! No dia seguinte comprei um casaco de segunda mão.

Mesmo visualizando e verbalizando tais dificuldades, a Ana não se percebe enquanto uma vítima de algo ou de uma exploração, mas como uma vitoriosa que teve uma grande chance, a única possibilidade de sobreviver diante das dívidas e dificuldades que vivia no Brasil. Ela prossegue:

Um dia Pollyana chegou e disse que tinha um casal recém-chegado à Irlanda, que viu no jornal, tem três meses, que já tinha telefonado para ela no dia seguinte ir lá. Passei a noite toda sem dormir para aprender o inglês. ‘Pollyana isso não vai dar certo. Não está vendo que não vou aprender isso!’ Pensei que eu ia ficar doída. Eu tremia que só vara verde. Chegamos na casa da Anne já estava escuro. Era sábado. Uma mansão.

O casal, Anne e John Laffey gostaram da Ana e de pronto marcaram o início do trabalho. Na época eles tinham duas crianças e Anne estava grávida. O casal, mais tarde, totalizaria cinco filhos. O trabalho ofertado seria para cuidar das crianças. A partir daí a Ana passou a exercer um trabalho que de tamanha singularidade e especificidade que há dificuldade em classificá-lo em *care* ou emprego doméstico, pois nenhum dos dois engloba a totalidade dos elementos.

De toda forma, apontamos neste texto como trabalho doméstico precarizado, uma espécie de servidão, ou seja, “concepção das mulheres como sujeitos predispostos a uma disponibilidade permanente para servir aos outros” (ÁVILA, 2016, p. 139). Isso será percebido mais adiante um exercício do que a literatura denomina como maternidade transnacional (CARPENEDO, 2017), pois, diante do contexto

histórico de desenvolvimento dos países industrializados do norte global nas primeiras décadas do século XXI, mulheres do sul pertencentes a economias periféricas com baixa oferta de emprego compõem um fluxo migratório que adentra o mercado informal reprodutivo no Norte (SASSEN, 2008).

Considerando a categoria maternidade enquanto uma construção social, não há um padrão, um modelo instintivo e natural de matinar. A maternidade “constitui, ao mesmo tempo, uma especificidade valorizada – o poder de dar a vida –, uma função social em nome da qual reivindicar direitos políticos ou direitos sociais, e uma das fontes de opressão.” (COLLIN; LABORIE, 2009, p. 133). Nas histórias aqui relatadas, percebemos múltiplas modalidades de maternidade que se configuram a partir de dispositivos sociais distintos: a da Ana com a Bárbara; a da Elza com a Bárbara; a da Ana com as cinco crianças; e a da Anne com os cinco filhos.

A migração chegara na vida da Ana como uma oportunidade de trabalho, que a inseriu na rede global de cuidados, “uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem”. (COLÓQUIO TEORIAS E PRÁTICAS DO CUIDADO, 2013 *apud* KERGOAT, 2016). O trabalho exercido configurou-se em diversas situações abusivas, o que analisamos a partir da consubstancialidade (KERGOAT, 2016), como resultado do imbricamento das relações sociais de classe, sexo e raça; as quais impactam tanto nos núcleos familiares quanto nos indivíduos que têm suas vidas determinadas pelas macroestruturas.

Entretanto, a Ana, quando indagada se havia algo errado no dia a dia do trabalho entende que: “eu era como uma mãe para Anne, e as crianças eram como filhos pra mim. Eu amo aquelas crianças. Dr. John e Dra. Anne sempre me deram muitas coisas”. É como se a Ana localizasse no espaço apenas afetivo a relação que seria de trabalho e as benesses no lugar do salário.

Individualmente, de forma microestrutural, o processo migratório, a distância da mãe e a terceirização do cuidado da filha (por parte de Ana para a irmã Elza), tiveram consequências na minha formação individual e

social. Consequências essas que foram (re)construídas a partir da falta e da sua representação social enquanto mãe ausente, como nas datas festivas tradicionais, por exemplo dia das mães. Nesses momentos, havia uma diferença entre o meu modelo de família e os das colegas de seu convívio no colégio de freiras no qual estudei por treze anos. Eu era indagada pela ausência do meu pai e da minha mãe, pois viver sob os cuidados de um tio e uma tia não se encaixava no modelo tradicional de família valorizado naquele lugar, o que resultava em uma constante sensação de não pertencimento e exclusão.

Há suspeita que nesse processo de percepção das diferenças e de (não) pertencimento tenha desabrochado, aos poucos, sem delimitação de início e fim, um questionamento constante sobre esse lugar de diferente no qual colocavam minha experiência de família. Isso foi posto de modo que vesti uma postura combativa a partir da ideia de diferença, reivindicando que existia uma pluralidade de vivência social. Nessa reivindicação de legitimidade, minha família se constituía apenas enquanto mais um tipo de família, de mesma valor, apesar da hierarquização desvalorizadora social. A construção do valor e da diferença é relacional, a partir da determinação de uma norma e em que o modelo que não se enquadra neste é o diferente.

As relações de sexo e gênero constituem essas histórias de forma indissociável. O trabalho exercido por Ana na Irlanda, independente das especificidades da classificação, está relacionado a como o gênero é construído socialmente: os papéis, as tarefas e as responsabilidades determinadas a partir do sexo feminino ou masculino. A divisão sexual do trabalho é elemento central para entender as desigualdades das relações de gênero e como tais desvantagens se estruturam em termos de gênero, raça e classe. A divisão se constitui em duas questões: há trabalhos determinados de mulheres e outros, de homens; os trabalhos entendidos como de mulheres são desvalorizados em relação aos dos homens. Os trabalhos desenvolvidos por Ana estão no campo do trabalho feminino, desvalorizados e subalternizados.

Kergoat e Hirata (2007) trazem as novas configurações da divisão sexual do trabalho em três pontos, dos quais o terceiro traduz a configuração que se estabeleceu neste

caso em estudo: mulheres do Hemisfério Norte que, para se dedicarem à carreira, terceirizam os trabalhos domésticos às migrantes ou a outras mulheres nativas em situação de precariedade, pois o trabalho doméstico não é considerado pelo mercado e se exige cada vez mais dedicação do trabalhador à empresa.

Segundo as autoras, esse processo estabeleceu duas novas relações historicamente inéditas, que é a divisão de classe entre essas mulheres do Norte e essa nova classe de trabalhadoras; e uma concorrência entre mulheres precarizadas dos Hemisférios Norte e do Sul. Mister observar que no Brasil a migração é também interna, no caso de mulheres vindas da região Nordeste (Hirata; Kergoat, 2007). A Ana traz a questão da concorrência, tanto em relação às irlandesas quanto às imigrantes brasileiras: “todas as amigas da Ana me chamavam para trabalhar, pois as mulheres lá não sabiam fazer tudo. Elas limpam ou cozinham ou tomam conta das crianças. Também não sabem cuidar direito: eu dou amor e as crianças me adoram”. Ou seja, a multiplicidade de funções exigidas da Ana não é percebida enquanto uma exploração, mas explicada por ela como característica que a diferenciava das outras empregadas e, ainda, estabelece uma relação naturalizada e enraizada entre trabalho doméstico e amor.

A partir desta literatura, podemos identificar a Ana como a mulher migrante precarizada do Hemisfério Sul que vem ao Norte concorrer com mulheres irlandesas em situação de precarização e “como o trabalho doméstico é uma demanda sempre renovada e incessante, quanto mais tempo de trabalho da empregada doméstica é apropriado, mas liberada de trabalho doméstico se torna o tempo no cotidiano da patroa” (ÁVILA, 2016, p. 141), uma vez que o trabalho doméstico é feminilizado.

As relações entre a vida doméstica e o espaço público informam a precarização e a desvalorização do trabalho das mulheres (KERGOAT; HIRATA, 2007). A dedicação de mais tempo ao trabalho não remunerado exercido na casa impacta na forma como a mulher ocupa os espaços públicos. Mesmo tendo mais acesso à educação formal, ela ganha menos do que os homens. Além disso, o trabalho exercido na casa é tido como natural e instintivo, o papel designado à mulher; bem



como é tido como da esfera privada, sem relação como a esfera pública, é o que Christine Delphy (2015) discorre sobre o *Modo de produção doméstico*.

Essa terceirização do trabalho doméstico cumpre uma função de *apaziguamento* das relações com as empresas e entre os casais, delegação essa que só é possível porque as mulheres do Hemisfério Norte têm os meios para isso, devido à polarização do emprego das mulheres e o acesso a outras categorias profissionais (KERGOAT; HIRATA, 2007). Essa terceirização proporciona, ainda, a invisibilidade das questões substanciais de luta contra as desigualdades da divisão sexual do trabalho, o que vemos quando a Ana se refere a como sua patroa lhe era agradecida: “Anne dava graças a Deus por eu existir, pois o Dr. Johny sempre ficava feliz quando chegava em casa e via tudo perfeito. Ele falava que eu era incrível, igual a mim não tinha igual”.

As mulheres que migram para exercer esses trabalhos também delegam os trabalhos domésticos a outras mulheres, porém as consequências são distintas. A Ana delegou a sua irmã Elza a criação da Bárbara. A Elza, quando indagada sobre a questão, diz que: “era o que tinha que ser. Se a Ana ficasse, terminaria sendo presa”. Segundo Ehrenreich e Hochschild (2003), a terceirização do trabalho doméstico dos países de capitalismo desenvolvido provoca uma relação entre Hemisférios Norte-Sul em que há uma ruptura da relação mãe-filho(a) da migrante que está em servidão e não pode conviver com sua família, sendo, ainda, responsável economicamente por ela. Tal contexto de distanciamento longo “acarreta o traumatismo inevitável dos filhos que deixaram em seu país” (KERGOAT; HIRATA, 2007, p. 605).

Neste contexto de naturalização da responsabilização das mulheres pelos serviços domésticos e de cuidados, uma das consequências é que mesmo quando são exercidos sob contrato ou remuneração da jornada de trabalho, muitas dessas funções gratuitos, o que intensifica a mais valia. No caso da Ana, ações que deveriam ser pagas, pois dependiam da sua força de trabalho, ocorreram de forma gratuita, sendo aceitos presentes como forma de pagamento, que vinculavam a trabalhadora afetivamente pelo sentimento da gratidão e confundiam a relação contratual empregatícia.

O tipo de trabalho exercido pela Ana implica em especificidades quanto aos direitos trabalhistas e aos marcadores sociais da diferença. À Ana foi oferecido o emprego de *babysitter*, comum entre imigrantes do sul global que chegam à Europa em busca de uma vida melhor. Tal trabalho seria semelhante ao da babá no Brasil, mas uma função ocupada por mulheres de raça e classe social distintas. A saber, a *babysitter* na Europa é, por exemplo, a estudante que está trabalhando para pagar o curso de inglês; já no Brasil a função de babá é ocupada por mulheres que estão na base da pirâmide social, com baixo nível de escolaridade. A *babysitter* compõe um dos trabalhos do chamado *care* ou trabalho de cuidado, que apresenta diversidade de situações e pode “ser exercido na casa ou fora dela, no quadro de uma relação compulsória ou profissional, de forma gratuita ou remunerada.” (GUIMARÃES, 2016, p. 60)

Apesar de ter sido oferecido o emprego de *babysitter*, o trabalho que Ana exerceu extrapola sua definição. Não se enquadra totalmente no *care*, pois a força de trabalho despendida por ela não foi apenas “exercida no espaço privado, nos lares, onde se responsabilizam pelo bem-estar de pessoas em situação de dependência, notadamente crianças, idosos e deficientes”. (GUIMARÃES, 2016, p. 66). Além de cuidar de cinco crianças, Ana lavava e passava roupas, limpava a casa e ainda, pintou, consertou e gerenciou tanto as casas da família, a residencial e a de férias que ficava em outra cidade. Em ocasiões, Ana viajava como cuidadora das crianças, nas férias da família para outros países da Europa.

Essa dinâmica é típica do trabalho doméstico brasileiro, mesmo assim, com violação de direitos, pois não havia limitação de horários, intervalos intrajornada nem tarefas típicas definidas. Nesse contexto, são designados à empregada o cuidado e a gerência de todas as atividades da casa, inclusive dos familiares, que seria função da babá. Essa dinâmica de trabalho se aproxima da ideia de servidão, devido à apropriação substancial e integral do tempo e da vida da Ana.

As afetividades atravessam o *care* de forma diferenciada. Partindo do pressuposto comum de ser impossível a execução do trabalho no âmbito doméstico sem a criação de vínculos afetivos com as pessoas e os espaços físicos, devido à entrada da trabalhadora na

intimidade do núcleo familiar. O mesmo não se observa com tanta facilidade nas outras formas de trabalho, fora do ambiente doméstico. O cuidado de crianças se entrelaça com o afeto e adentra os espaços inacessíveis aos outros trabalhos, como é o caso da intimidade. Há o acesso às dimensões subjetivas de representações, simbologias sobre casa, família e cuidados. Isso porque os trabalhos de cuidados exigem o elemento da confiança e um trabalho emocional, que segundo Ehrenreich e Hochschild (2003) envolve compreensão, a avaliação e a gestão das emoções da cuidadora e das pessoas cuidadas para a execução do trabalho contratado.

A partir das relações de gênero, sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho, o *care* e o trabalho doméstico – enquanto típicos trabalhos femininos – têm o afeto invisibilizado, o que nos remete à ideia de que tal elemento é uma característica feminina, essencializada e não um trabalho pelo qual deveria ser monetizado e remunerado. Todavia, como pontua Federici (2019), não é amor, mas trabalho.

É neste ponto que chegamos à questão emocional, do afeto. Faz-se necessário discutir os âmbitos psicológicos da cominação e suas dimensões. O serviço de cuidado ofertado e imbricado com as relações de afeto nos remete a responsabilidade afetiva após o término da relação de emprego. A partir das elaborações de Hochschild (2003) percebemos o afeto como um trabalho e um custo à trabalhadora. E, segundo Bonelli (2004), a consciência do trabalho da emoção é diretamente proporcional a profundidade do laço e ao trabalho despendido. Com o retorno da Ana ao Brasil, é possível identificar uma diferença entre as formas de lidar com esse afeto, pois a Ana relata enviar mensagens em todos os aniversários da família irlandesa e ter pedido para visitá-los, mas não obteve resposta. “Fazia porque amava eles, meus bebês eram puros”, relata. Entretanto, apesar da localização da Ana no campo do amor natural, a Bonelli (2004, p. 358) traz que “A forma consciente como os seres humanos atuam para suprimir a distância entre o que estão sentindo e o ideal que têm do que deveriam sentir é o trabalho emocional, que em muitas situações assume a característica de uma jornada de trabalho extra”.

Os conceitos de lar, família e trabalho encontram-se entrelaçados de tal forma que torna difícil a delimitação. A vida da Ana por dez anos transcorreu naquela casa, que não era a sua, mas foi o espaço físico de vivência dessas relações afetivas, trabalhistas e de cuidados. Há uma denominação de que “a casa é sua”, mas tem regras, limites que não são colocados pela Ana e sim pela patroa e, na prática, restringem sua vivência física: a casa não é dela, o que para Ávila (2016) é uma forma de privação que envolve tanto a jornada de trabalho quanto o cotidiano: “está subjugada à regra das/os outras/os, o que caracteriza a servidão” (ÁVILA, 2016, p. 142).

Não há uma vivência livre dos espaços da casa, nem de suas atividades pessoais. A Ana é dita “da família”, mas participava enquanto pessoa que serve. A relação de troca é comprometida na medida que nem todos os serviços oferecidos são pagos. Portanto, o discurso funciona como artimanha para vincular o afeto da Ana e naturalizar o exercício do trabalho sob a forma de afeto, como uma disposição natural da mulher ou dos trabalhos exercidos por ela. Vale observar que o afeto que a Ana despendia, por exemplo, o seu espaço e momento de dormir ao dividir a cama com os bebês da família, que em poucos meses tinham nela a preferência frente aos pais. Isso é motivo de orgulho para ela: “ninguém faz igual a mim, todas as amigas da Anne querem me contratar, mas ela diz logo, - não, a Ana é minha!”.

Nessas exposições, percebemos uma espécie de mais-valia afetiva inerente ao trabalho. Além de uma relação de posse sobre da migrante. Como Ana é estrangeira, chegou a permanecer dois anos e meio morando na casa irlandesa sem visitar a sua própria família. Nesses longos períodos, não houve férias, nem gozadas na Irlanda, nem vendidas. O governo irlandês realizou fiscalizações. Todavia, quando entrevistaram a Ana, por exemplo, para a regularização dos seus documentos, ela foi orientada pela família a descrever outra relação de trabalho, diferente da realidade: “Os Laffey sempre foram muitos bons comigo, me deram muita coisa. Eu não entendia muito bem inglês, então falava pra eles o que a Anne me dizia e pronto”. Quando perguntada sobre a irregularidade desse procedimento ela afirmou que: “eles eram muito bons pra mim, me davam muita coisa extra”.



O trabalho extra exercido por Ana foi pago sob a forma de presentes, como se aquele valor não se referisse a um contrato de prestação de serviços, mas um ato de gratidão e bondade dos patrões, que passaram a nomeá-la como integrante da família. Isso, provavelmente, é uma das explicações para que a Ana não perceba tais circunstâncias como exploração, mas, ao contrário, explica ela ter nutrido por aquela família uma extrema gratidão.

As relações foram misturadas de forma que não havia contrato de prestação de serviços ou de trabalho. Então os termos, limites e fins dessa relação não foram pré-definidos, o que fez as partes não terem uma noção exata quanto às obrigações, aos deveres e aos direitos.

Apesar da diferença entre o sistema legal trabalhista da Irlanda e do Brasil, o tratamento dado a Ana nessa relação de trabalho não se enquadra nas leis Irlandesas, tanto em relação ao pagamento do serviço prestado, quanto ao tempo e intervalos de trabalho. O que remete novamente à contradição dessa relação de trabalho da Ana com a família irlandesa, entre servidão e cidadania, pois há negação de um conjunto de direitos trabalhistas substanciais à relação de emprego. Ávila (2016) explica: “O sentido de servidão no trabalho doméstico, ligado a uma concepção sobre as mulheres como sujeitos predispostos a uma disponibilidade permanente para servir aos outros” (ÁVILA, 2016, p. 139)

Constituiu-se uma naturalização das relações de servidão. Como se o acesso dado a Ana às diversas atividades inerentes à vida da família Laffey fossem benefícios. Entretanto, eram retribuições da força de trabalho despendida. Ou seja, em vez de receber em dinheiro pelos serviços desempenhados, ela conhecia outros países nas viagens de férias na Europa ao mesmo tempo em que cuidava das crianças. Para a família ter uma empregada disponível 24h durante suas viagens, Ana relata que não havia um contrato de trabalho extra ou semelhante para essa atividade. Era como se houvesse uma benevolência dos patrões em pagar passagens e hospedagens para Ana, só que a Ana não usufruía daquele passeio como uma atividade de lazer em sua plenitude. Não havia exercício da autonomia de vontade, desde a escolha de lugares a visitar, a Ana vivia

o passeio da família Laffey, dificultando ainda mais a compreensão sobre os limites do trabalho exercido, observando que ela dormia no quarto das crianças e o casal em outro quarto.

Cabe observar que a servidão não era forçada. Havia uma espécie de convencimento econômico a permanecer anos ininterruptos de trabalho, 24h por dia, sete dias por semana, através de um conjunto de fatores. Havia também a falta de salário, pois nas idas ao Brasil, apesar do casal pagar a passagem dela, não pagavam o salário relativo ao tempo que ela ficava ausente.

A prática de ofertar moradia em troca de serviços domésticos é comum no emprego doméstico brasileiro. A classe média brasileira se vangloria por afastar uma adolescente da sua família e levá-la para sua casa, onde ela passa a exercer atividades domésticas, sem remuneração, apenas em troca de alimentação ou escola e, sequer cogita que essa atitude consiste em exploração<sup>1</sup>.

Desde sua formação, o povo brasileiro esteve em um lugar destituído de direitos. Apesar da recente ameaça de mudança, não houve um processo político pleno de transformação das relações societárias que contribuísse para que a população repudiasse a exploração do trabalho, herança colonial da escravidão. Além disso, permeia o imaginário social uma certa admiração pelos países Europeus e a ideia de que lá há melhores condições de vida, nos ditos “países desenvolvidos” – termo atualmente em desuso na economia política. Essa ideia incita tanto a imigração como alimenta um *status* àqueles que emigram, fazendo brasileiros e brasileiras diplomados deixarem seus empregos formais de carreira para se arriscar em empregos do terceiro setor ou subempregos, que os europeus não assumem. Essa admiração aos europeus é externada constantemente pela Ana.

O discurso da vida melhor na Europa ronda as conversas rotineiras na classe média, que tem o continente como aquele lugar sonhado para se viver, com acesso a bens de consumo baratos, segurança e transporte que funciona; lugar da cidadania perfeita, das férias dos sonhos. Isso constitui a vida objeto de desejo do

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, Silva (2009); Lima e Prates (2019).

brasileiro médio – que teve acesso à saúde pelo plano privado, educação em escolas privadas, universidade pública e crédito para financiar o carro e a casa própria. Essa retórica é comum nessa classe que ascendeu socialmente e vê o Brasil como um lugar sem oportunidades, em contraponto aos países europeus. Apesar dessas percepções estarem no senso comum, serem opiniões sem respaldo científico ou apenas histórias que vêm à tona nas conversas rotineiras, todo o conjunto dessas ideias é fruto de uma construção social baseada em um discurso que influencia a subjetividade dos brasileiros e suas percepções de país. Os estudos da colonialidade trazem análises sobre as origens dessa formação, a construção do discurso de modelo de povo civilizado como o europeu (QUIJANO, 1997).

As dificuldades expostas são naturalizadas pela Ana. A figura da mãe heroína, da força imbatível, autônoma sem emprego fixo; da mulher que cria a filha sozinha, trabalha, larga tudo por essa filha, aquela que “se vira nos 30”, permeou a vida da Ana. A mulher que largou tudo para se dedicar à maternidade e se isolou por dez anos na Europa para “dar uma vida melhor à filha”. O que fez a Ana ficar por dez anos naquele trabalho que a privou de sua família? Por que três meses se transformaram em dez anos? Quando perguntei, a perspectiva da Ana é que “precisava dar uma vida melhor a minha filha, no Brasil era muito difícil”, mas o que representa essa frase socialmente e o que significou para mim, Bárbara, enquanto filha?

Cada classe social brasileira tem uma noção do que é uma vida melhor e tais representações são construídas socialmente nas subjetividades, nos discursos e nas estruturas de poder, ou seja, são influenciadas diretamente pelas relações de consumo. Para Ana, uma vida melhor era a filha estudar e se formar, porque a vida lhe mostrou que caso sua filha tivesse um diploma isso lhe daria um emprego, estabilidade e segurança para que, segundo ela: “não passasse o que passou na vida”. Contudo, para meu eu adolescente a vida melhor não estava no acesso a essa educação específica. O lugar ocupado já era suficiente e desejava o que socialmente me tinha sido negado: o convívio com a mãe.

Essa noção de vida melhor da Ana não estava apenas no acesso da filha à educação que, por consequência, traria

a ascensão social, mas também o acesso a bens de consumo, que na vida de Ana lhe foi negado. Assim, a junção desses dois aspectos pareceu suficiente para justificar a terceirização do cuidado da filha e é nesse ponto que percebo uma sobreposição não intencional das questões econômicas às afetivas. A categoria classe atravessa a constituição das famílias e das subjetividades de forma violenta, tornando as mulheres reféns de uma idealização de maternidade solo heroica, que consegue, apesar de todas as dificuldades, dar a tal vida melhor à filha.

Os sonhos da Ana se confundem com o que ela almejava para mim, sua filha, de modo que sua realização pessoal seria o meu sucesso, materializado com a formação universitária em um curso superior socialmente almejado e um emprego público estável. Quando indagada sobre seus sonhos ela diz que: “a vida já me deu muito, tenho essa casa e você [Bárbara] tá criada, sua felicidade é minha felicidade”. Aqui percebe-se o alcance e poder do paternalismo, a romantização da maternidade: a ideia de abnegação e abdicação total da própria vida pela da filha; a maternidade como ideia modelo universal de felicidade para a mulher; o sacrifício como requisito para uma maternidade de sucesso. Em suma, uma maternidade heroica.

### Considerações Finais

A reflexão sobre as circunstâncias em que as memórias foram moldadas possibilita tecer novas percepções. O processo de criação desse texto foi um grande desafio, pois ele nasce entre as percepções que as interlocutoras e eu trouxemos. São visões sobre histórias que apesar de incomuns foram vividas, sentidas e interpretadas de formas diversas. Expusémos histórias que atravessaram nossas existências, trouxeram dores; e externá-las é reviver e (re)elaborar formas de lidar com as opressões em que estávamos e estamos inseridas, diante do que a vida nos apresenta.

Por ser uma mesma história, apresentada por três perspectivas que ora convergem, ora não, as contradições ficam evidentes à medida que a análise de algumas categorias é realizada pela autora, interlocutora, entrevistadora e personagem dos relatos: uma mulher, mãe, cis, lésbica, estudante e feminista que percebe as circunstâncias vividas pelas três mulheres

dessa história, não como fruto do acaso, mas como consequências de um contexto social, político e econômico que tem como base três sistemas imbricados e inseparáveis: racismo-patriarcalismo-capitalismo.

O que levou a Ana ao exterior foi a falta de formas de sobreviver e sustentar sua filha. O fator econômico foi decisivo para a sua decisão, como ela expressa, “foi a única opção que me restou”. A escolha do lugar se deu diante das conversas, dos discursos que ela ouvira sobre a vida na Irlanda e atravessaram sua subjetividade. Mesmo que tenham se revelado discrepâncias após a chegada; o imaginário da vida europeia maravilhosa é influenciado pela colonialidade que faz países colonizados aspirarem, em seus padrões de vida, aos países colonizadores. Imaginário esse permeado de racismo. Além disso, o trabalho de cuidados oferecido e os moldes com que se deu o seu exercício por dez anos, na casa da família irlandesa, é a materialização da divisão sexual do trabalho.

Talvez a percepção divergente da Ana sobre os fatos e possibilidades tem raiz no contexto vivido por ela e sua família: uma criança que perdeu os pais cedo e teve que sobreviver às dificuldades econômicas, tornando-se adulta precocemente. Com 49 anos, depois de muitas dificuldades, tendo perdido tudo, viu como única saída e estratégia de sobrevivência a imigração para a Europa, deixando a filha no Brasil, situação que trouxe consequências irreversíveis para as relações com sua filha e nas construções das suas subjetividades.

## Referências

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.14, set, 2003 p. 79-95.
- ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, Alice R de P; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (orgs.) *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. (p.137-148).
- BONELLI, Maria da Glória. Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções. *Cafajeste. Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, pág. 357-372, jun. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332004000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000100015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 de ago. 2020.
- CARPENEDO, Manoela; NARDI, Henrique. Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 49, e174912, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000100501&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000100501&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 Jul. 2019.
- COLLIN, Françoise; LABORIE, Françoise. Maternidade. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle. (orgs.). *Dicionário crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 17, pág. 99-119, agosto de 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522015000300099&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000300099&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 ago. 2020.
- EHRENREICH, Barbara.; HOCHSCHILD, Arlie Russell (ed.). *Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy*. New York: Henry Holt and Co., 2003.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 46, p. 59-77, Abr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332016000100059&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000100059&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 ago. 2020.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. *The managed Heart*. Berkeley, CA, University of California Press, 1983.
- \_\_\_\_\_. The commercialization of intimate life: notes from home and work. Berkeley, The University of California Press, 2003
- KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice R. P.; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (orgs.). *Gênero e*



*Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. SP: Boitempo, 2016. (p.17-26)

\_\_\_\_\_. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle.

Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dec. 2007. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso)>.

Acesso em 15 Set. 2019.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Emprego doméstico e mudança social Reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 149-172, Maio 2019.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702019000200149&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702019000200149&lng=en&nrm=iso)>.

Acesso em: 28 Dec. 2019.

<http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.149291>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: Anuário Mariateguiano. *Revista Ecuador Debate No. 044*. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. ISBN 788577432622.

SILVA, Carla Cecília Serrão. *Trabalho infantil doméstico: perfil e vivência de meninas trabalhadoras em São Luís*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2009. 141 f. Disponível em:

<http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/829/1/CARLA%20CECILIA%20SERRAO%20SILVA.pdf>.

Acesso em: 28 dez. 2019.